



CLIPPING



18 de
JANEIRO
2023

TJ homenageia Epaminondas

DA REDAÇÃO

No Dia Internacional do Riso, celebrado hoje, o Departamento de Documentação e Informação do Judiciário paraense realizará um evento em homenagem ao juiz Cláudio Rendeiro, conhecido pelo personagem Epaminondas Gustavo. Intitulado “Cláudio Rendeiro: Trajetória, Memórias e Saudade”, o evento ocorrerá das 15h às 18h, no Museu Judiciário Estadual (Av. Nazaré, nº 582), para preservar a memória do magistrado e comediante, que morreu vítima da covid-19, em janeiro de 2021. O evento é aberto ao público.

Haverá, na programação, a assinatura do Termo de Doação de Acervo de mais de 1,5 mil áudios pertencentes ao juiz e artista, além de roupas e objetos das suas apresentações, que passarão a fazer parte da memória do Judiciário. Participará da assinatura a presidente da Comissão de Gestão Documental e da Comissão de Gestão da Memória, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias.

O evento contará com diversas homenagens, como a apresentação dos “causos” e músicas que foram feitas com o personagem Epaminondas Gustavo, através da

apresentação de Allan Roffé e Geraldo Wellington. E ainda, uma homenagem feita em vídeo, com a apresentação da juíza do trabalho Vanilza Malcher; a chefe do Serviço de Museu e Documentação, Leiliane Rabelo; e do diretor do Departamento de Documentação e Informação, Claikson Duarte.

Após as homenagens, haverá uma roda de conversa com o tema “O Juiz Cláudio Henrique Lopes Rendeiro”, tendo como mediadora a pedagoga aposentada Silvia Nádia Machado, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que atuou na Vara de Execuções Penais e como assessora téc-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Evento do Judiciário busca preservar a memória do magistrado e comediante

nica do Programa Começar de Novo com o magistrado.

A programação encerrará com mais uma roda de conversa, dessa vez abordando a temática "A Cultura paraense e a Lei nº 14/2021 - Dia Estadual do Riso", que terá como

mediador o deputado estadual Dirceu Caten, além de arte, cultura e entretenimento com a apresentação de diversos artistas locais, como Salomão Habib, Ly Rabelo, Dimi da Viola e Adriana Catarina de Carvalho de Paiva.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Familiares e amigos vestiram camisetas estampadas com o rosto da jovem



Júri popular é confirmado após audiência de instrução



Madson Nogueira, advogado da família de Yasmin: prisão deve ser mantida

OLIBERAL
AQUI TEM
REALIDADE
AUMENTADA
oliberal.com/ra

CASO YASMIN

Dono de lancha vai a júri popular. Julgamento será em maio.

JUSTIÇA - Após uma longa audiência de instrução, mais uma etapa do processo chega ao final

CÂMILA GUIMARÃES E
FABYÓ CRUZ
DA REDAÇÃO

Lucas Magalhães, proprietário e condutor da lancha na qual Yasmin Cavaleiro de Macêdo estava no dia em que morreu, em dezembro de 2021, vai a júri popular. A informação foi confirmada pelo advogado da família da influenciadora e estudante de Medicina Veterinária na noite de ontem, após a audiência de instrução sobre o caso. Foram mais de nove horas de procedimentos, que encerram mais uma etapa do processo. O julgamento está pré-agendado para o dia 31 de maio deste ano.

Após a audiência, ficou decidido que Lucas será julgado pelas quatro acusações que pesam contra ele: homicídio com dolo eventual, disparo de arma de fogo, posse de arma de fogo e fraude processual. A fraude, segundo as investigações da Polícia Civil, é porque após o desaparecimento de Yasmin, ele teria, supostamente, escondido a arma de fogo que manuseou; teria determinado a modifica-

ção da lancha apreendida; e ainda teria inserido, após a ocorrência, novos equipamentos de segurança na embarcação, adulterando a apreensão.

"A defesa certamente, imagino que vá recorrer, foi feito o pedido de liberdade dele, porém o Ministério Público ainda precisa se manifestar a respeito. Eu como assistente entendo que os requisitos estão presentes e certamente a prisão dele será mantida porque os motivos que justificam a prisão dele estão presentes ainda", afirmou o advogado da família Madson Nogueira.

Após o encerramento da audiência de instrução que

resultou à ida a júri popular de Lucas Magalhães, familiares e amigos da jovem não conseguiram conter a emoção. Para os pais de Yasmin, a decisão foi considerada um alívio. Jorge Ricardo Cavaleiro de Macêdo, pai da universitária, afirmou que as decisões do tribunal são como um alento. "Nós sabemos que a minha filha não vai voltar, mas isso é um alívio para a gente, pela nossa família, pela nossa luta. É um ano que estamos sofrendo, hoje tivemos essa vitória e teremos mais outras se Deus quiser", afirmou.

"Começou a nossa vitória e Deus está conosco", afirmou Eliene Cristina Fontes,

mãe de Yasmin, ao final da audiência. Pouco tempo depois, ainda bastante emocionada, ela reafirmou que a primeira etapa havia sido concluída, porém, ainda não era o final, pois a família aguarda o desfecho do julgamento: "A Justiça está só começando se Deus quiser. Agora o nosso advogado vai entrar com alguns requerimentos e a Justiça tá só começando".

INSTRUÇÃO

A audiência de instrução e julgamento de Lucas Magalhães de Souza começou por volta de 10h de ontem. Na praça em frente à 2ª Va-

ra do Tribunal do Júri de Belém estavam amigos e familiares de Yasmin vestidos com camisetas estampadas com o rosto da universitária, que não puderam entrar na sessão, assim como a imprensa. Na parte interna do fórum, foram colhidos depoimentos dos envolvidos no processo e suas testemunhas, o que consiste na chamada "prova oral", para que a juíza Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues pudesse avaliar o caso e julgar melhor. No total, 18 pessoas prestaram depoimentos; dessas, seis foram ouvidas durante a manhã, outras duas foram dispensadas pela promotoria. A decisão

foi anunciada somente por volta das 19h.

RELEMBRE O CASO

Yasmin desapareceu por volta de 22h:30 da noite do dia 12 de dezembro de 2021, após participar de um passeio de lancha pelo rio Maguari, na capital paraense. Outras 18 pessoas estavam a bordo da embarcação. O corpo da universitária foi encontrado às 12h:40 do dia seguinte, em Icoaraci.

Para ajudar as autoridades policiais a esclarecerem as causas e circunstâncias da morte da influenciadora, foi realizada a reprodução simulada dos fatos, nos dias 12 e 13 de abril. Por causa do sigilo de Justiça ao qual o processo foi submetido, o resultado da reconstrução não foi revelado oficialmente pelas Polícias Civil (PC) e Científica do Pará (PCP).

Além de Lucas, outras seis pessoas foram indicadas pela PC. Todos estavam na embarcação junto com Yasmin e foram apontados no inquérito policial entregue ao Ministério Público do Pará (MPPA).

ACOMPANHE A LINHA DO TEMPO SOBRE O CRIME:





Adriana Norat, delegada: "Tanto a injúria racial quanto o racismo passaram a ser considerados imprescritíveis"

NO PARÁ

Casos de injúria racial sobem mais de 12% em 2022

REPERCUSSÃO - Lei que equipara crimes de injúria racial e racismo foi sancionada este mês

LAÍS SANTANA
DA REDAÇÃO

Foi sancionada no último dia 11 deste mês, pelo Presidente da República, a Lei n. 14.532/2023, aprovada pelo Congresso Nacional, que equipara o crime de injúria racial ao de racismo. Enquanto o racismo é entendido como um crime contra a coletividade, a injúria é direcionada ao indivíduo. No Pará, os casos de injúria racial subiram 12,5%.

De janeiro a dezembro de 2022, foram registrados 5 casos de racismo e 439 de injúria racial no estado paraense, enquanto que em 2021, no mesmo período, foram 8 casos de racismo e 390 de injúria racial, de acordo com balanço da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), órgão responsável pela delegacia especializada de Combate a Crimes Discriminatórios e Homofóbicos (DCCDH).

A delegada Adriana Norat, diretora da DCCDH,

explica que antes da equiparação, a injúria racial era apurada com base no artigo 140, na forma qualificada do parágrafo 3º, do Código Penal, sendo a pena menor e a apuração mais branda que o crime de racismo, previsto pelo artigo 20, da Lei 7.716.

"Com essa equiparação, o crime de injúria racial passou a ser tratado dentro da Lei 7.716. A partir de agora a injúria racial que era apurada por nós operadores do direito pelo Código Penal, ela passa a ser apurada pela lei específica e com isso equiparou-se ao crime de racismo. Os dois casos, tanto a injúria racial quanto o racismo, passaram a ser considerados imprescritíveis, podendo ser realizado flagrante tranquilamente e sem a possibilidade de pagar fiança", pontua.

A injúria racial consiste na ofensa a alguém, um indivíduo específico, em razão da cor, raça, etnia ou origem. E o racismo é quando uma discriminação atinge toda uma coletividade ao, por exemplo, impedir

"A pena será dobrada se o crime for cometido por duas ou mais pessoas."

que uma pessoa negra assumira uma função ou entre em um estabelecimento por causa da cor da pele.

De acordo com o advogado criminalista André Trindade, a partir de agora, aquele(a) que cometer o crime de injúria racial poderá ser punido com prisão de 2 a 5 anos e multa, anteriormente, a pena era de 1 a 3 anos. Entre algumas das inovações, temos que "a pena será dobrada se o crime for cometido por duas ou mais pessoas. Terá aumento, também, de 1/3 (um terço) até a metade, quando o delito vier a ocorrer em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação", afirma.

O texto sancionado atualiza o agravante (reclusão

de dois a cinco anos e multa) quando o ato é cometido por intermédio dos meios de comunicação social ou de publicação de qualquer natureza, incluindo também os casos de postagem em redes sociais ou na internet.

Sem prejuízo da pena pela violência, quem dificultar, impedir ou empregar violência contra quaisquer manifestações, ou práticas religiosas será punido com reclusão de um a três anos e multa.

Na interpretação da lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.

Quanto à fase processual, seja em varas cíveis ou criminais, a vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou de defensor público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Luta por direitos registra avanços

A professora universitária e Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (Cedenpa), Zélia Amador de Deus, avalia a decisão como fundamental para o movimento negro e para a sociedade brasileira. Ela afirma que além de garantir direitos, a equiparação dos crimes também possui caráter pedagógico.

“É muito importante criminalizar o racismo recreativo, criminalizar as ofensas nos estádios de futebol. A sociedade brasileira precisa ter uma educação antirracista, o racismo se entronizou no senso comum da sociedade, mas ela precisa de educação. Agora, qualquer pessoa, antes de ofender alguém em decorrência da raça ou cor, ela vai pen-

sar duas vezes. A sociedade brasileira precisa entender que racismo é crime, não é piada”, ressalta.

A nova legislação se alinha ao entendimento do Supremo Tribunal Federal que equiparou, em outubro de 2022, injúria racial ao racismo e tornou a injúria, assim como o racismo, um crime inafiançável e imprescritível. De acordo com Zélia, atualmente, a impunidade de crimes raciais é uma construção do próprio “meio jurídico branco” que introduziu o dispositivo da injúria racial, por isso a revisão da legislação é importante para reparar equívocos. “Você não tem ninguém punido por crimes raciais, praticamente, porque tudo se transformou

em injúria, que é um crime de menor potencial ofensivo. Agora, a expectativa é que a legislação seja posta em prática como um crime inafiançável e imprescritível, isso é importante para toda a sociedade brasileira”, destaca a militante do movimento negro.

Para Domingos Conceição, representante do Movimento Afrodescendente do Pará (Mocambo), é importante a sanção de uma lei que trate dos crimes de injúria racial e racismo no Brasil, contudo, o estado brasileiro, ou seja, as instituições que cuidam, inclusive o Poder Judiciário, ainda é muito frágil na aplicação e no cumprimento das legislações no país.

“O crime de racismo é um crime inafiançável e imprescritível, só que nem todos os estados ou municípios brasileiros são compostos de delegacias especializadas pra tratar desse crime como aqui no Pará. E por se tratar de racismo, que já virou uma cultura vulgarizada e banalizada, os agentes de segurança pública costumam dar pouca importância pra isso. Com a sanção dessa nova lei espera-se que se cumpra de fato e de direito o que o estado brasileiro propõe”, frisa.

Pessoas vítimas de injúria racial e racismo podem procurar a Delegacia de Combate aos Crimes Discriminatórios e Homofóbicos (DCCDH) para procedimentos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ESCOLAS NO PARÁ

Ministério Público reforça aplicação de ações inclusivas

DIREITO - Centro de apoio atua para conscientizar estabelecimentos sobre as demandas de estudantes com deficiência



EDUARDO ROCHA
DA REDAÇÃO

O direito à educação é sagrado, e por isso mesmo pessoas com deficiência devem usufruir de um processo educacional que preze pelo respeito às diferenças e promova um ensino de qualidade, sem a segregação de pessoas. No entanto, o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) reforça a necessidade dessa prática nos estabelecimentos escolares por meio de atuação junto a gestores e profissionais atuantes nessa área. A promotora auxiliar do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Sociais (CAO) do MPPA, Mariella Hage, destaca que a educação inclusiva é “uma modalidade de ensino para todos que reconhece e valoriza as diferenças, onde os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de conviver e aprender juntos; a ideia da inclusão é mais do que somente garantir o acesso à entrada de

alunos nas instituições de ensino. O objetivo é eliminar obstáculos que limitam a aprendizagem e participação no processo educativo”.

Mariella Hage observa que “uma escola pode ser um espaço diverso, que acolhe crianças com diferentes vivências e realidades, mas ela só será inclusiva se desenvolver um senso de pertencimento e de participação entre os seus alunos”.

A Constituição Federal de 1988 prevê, nos artigos 206 e 208, que todo aluno deve ter “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, além da previsão do atendimento educacional especializado. A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), prevê, em um capítulo específico denominado “Do Direito à Educação”, uma série de direitos conferidos às pessoas com deficiência, como forma de assegurar um

Salas de aula devem ser espaços que abriguem a diversidade e reforcem direitos humanos, destaca promotora



“Uma modalidade de ensino para todos que reconhece e valoriza as diferenças, onde os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de conviver e aprender juntos”

MARIELLA HAGE
Promotora

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.

“Dentre os quais destacamos: atendimento educacional especializado; oferta de ensino da Libras, do Sistema braile e de uso de recursos de tecnologia assistiva; acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas; oferta de profissionais de apoio escolar; acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar”, aponta a promotora do MPPA.

Entre as ações inclusivas estão registradas no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola figuram a sensibilização de professores, coordenadores, direção e funcionários; conhecimen-

to das diversidades e das necessidades educativas especiais; sensibilização com os pais e alunos das escolas; utilização das adaptações (físicas do ambiente escolar, curriculares, materiais e outras), de recursos e sala de recurso, após prévia avaliação do aluno com deficiência, como pontua Mariella Hage. Todas as escolas públicas e privadas, inclusive, de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, devem colocar em prática ações previstas na LBI.

PENALIDADE

O artigo 88 da Lei Brasileira de Inclusão criminalizou qualquer forma de preconceito ou restrição ao acesso e permanência do aluno com deficiência na sala de aula. A legislação vigente no país não autoriza qualquer restrição nesse sentido, estando expresso no artigo 8º, I da Lei nº

7.853/1989, com nova redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015, que “Constitui crime punível com reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa: I - recusar, cobrar valores adicionais, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, em razão de sua deficiência”, como repassa a promotora do MPPA.

Na educação inclusiva, como assinala Mariella Hage, por se tratar de política pública, muitas vezes relegada a segundo plano pelos administradores públicos, a atuação do Ministério Público tem sido decisiva para que o direito à inclusão escolar de crianças e adolescentes seja garantida.

O projeto “Mais Inclusão na Educação”, do MPPA, contribui para articular a garantia da inclusão escolar, reforça a promotora.

DIA DO RISO

Museu do Judiciário lembra
CLÁUDIO RENDEIRO**HOMENAGEM** - Juiz foi o criador do personagem de sucesso Epaminondas GustavoBRUNA LIMA
DA REDAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado vai celebrar o Dia Internacional do Riso, comemorado hoje, com recordações, homenagens e preservação da história com objetos do juiz Cláudio Rendeiro, que se revelou como um importante comediante no estado do Pará com seu personagem Epaminondas Gustavo. A programação ocorrerá das 15h às 18h, no Museu Judiciário Estadual. O magistrado e comediante morreu vítima da covid-19, em janeiro de 2021.

O evento "Cláudio Rendeiro: Trajetória, Memórias e Saudade" traz uma programação diversa que envolve a assinatura do Termo de Doação de Acervo de mais de 1.500 áudios pertencentes ao juiz e artista, além de roupas e objetos das

suas apresentações, que passarão a fazer parte da memória do Judiciário. Participará da assinatura a presidente da Comissão de Gestão Documental e da Comissão de Gestão da Memória, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias.

Allan Roffé e Geraldo Wellington vão apresentar "causos" e músicas que foram feitas com o personagem Epaminondas Gustavo, para que o público possa recordar um pouco das piadas do comediante. Terá também uma homenagem feita em vídeo e que contará com a apresentação da juíza do trabalho Vanilza Malcher, a chefe do Serviço de Museu e Documentação, Leliane Rabelo, e do diretor do Departamento de Documentação e Informação, Cláisson Duarte.

Ainda dentro da programação terão duas rodas de conversa, uma



Juiz Cláudio Rendeiro, que faleceu em 2021, caracterizado como Epaminondas Gustavo

delas com o tema "O Juiz Cláudio Henrique Lopes Rendeiro", tendo como mediadora a pedagoga aposentada do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), Sílvia Nádia Machado, que atuou na Vara de Execuções Penais e como assessora técnica do Programa Começar de Novo ao lado do magistrado. Na sequência, a roda "A Cultura paraense e a Lei nº 14/2021 - Dia Estadual do Riso", que terá como mediador o deputado estadual Dirceu Caten, além de arte, cultura e entretenimento com a apresentação de diversos artistas locais, como Salomão Habib, Ly Rabelo, Dimi da Viola e Adriana Catarina de Carvalho de Paiva.

O linguajar carregado no "r" e com o sotaque "afrancesado" se tornou um dos principais atrativos do personagem, criado pelo juiz Cláudio Rendeiro. Existem dois momentos marcantes do personagem na vida do artista. O primeiro é quando ele consegue introduzir o Epaminondas em palestras promovidas pelo Tribunal de Justiça do Estado. O segundo momento, já em 2013, quando ele faz uma brincadeira por meio de áudio de whatsapp e a sonora viraliza. A partir disso, Cláudio Rendeiro passou a se dividir de forma mais intensa e ganhou o público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia Científica analisa ataque cibernético ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará

INVESTIGAÇÃO

Peritos criminais da Gerência de Perícias de Informática (GPI), da Polícia Científica do Pará (PCEPA), foram acionados para analisar o ataque cibernético ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), ocorrido na quarta-feira (11).

A atuação da perícia foi solicitada pela Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC), da Polícia Civil, após a abertu-

ra de investigação criminal. Na sexta-feira (13), o trabalho inicial dos peritos envolveu análise do ambiente dos computadores, na sede do Tribunal, em Belém, e nas instalações do órgão localizadas no município de Santa Izabel do Pará (Região Metropolitana de Belém).

“Estivemos reunidos com servidores da Secretaria de Informática do Tribunal, que nos repassaram informações sobre o dia do ocorrido e os pro-

blemas causados ao setor”, informou o perito criminal Marcelo Maués.

A perícia vai incluir também a análise dos computadores, uma vez que de acordo com a DECCC o autor do ataque cibernético teria usado a senha de um servidor para acessar o sistema do TJ-PA. “Tivemos essa informação, e ouviremos esse servidor para saber se, de alguma forma, ele foi hackeado ou se houve outra situação que motivou isso”, disse

o delegado Yan Almeida, da DECCC.

Ainda de acordo com o delegado, a análise pericial será importante para a identificação do autor do ataque e sua autuação. “Confiamos no trabalho dos peritos. Que a partir da análise deles o suspeito possa ser identificado, assim como detalhar o modus operandi dele. Além disso, poderá nos subsidiar sobre outros possíveis ataques cibernéticos que ele tenha cometido”, completou Yan.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

ATAQUE

Peritos criminais da Gerência de Perícias de Informática da Polícia Científica (PCEPA) investigam o ataque cibernético ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará, ocorrido na quarta-feira (11), provocando a paralisação das atividades do órgão até segunda-feira. O trabalho inicial dos peritos envolveu a análise do ambiente dos computadores na sede do tribunal, em Belém, e nas instalações do órgão em Santa Izabel do Pará. Os computadores também serão periciados, visto que o autor do ataque teria usado a senha de um servidor para acessar o sistema do TJPA.

LINHA DIRETA

No Dia Internacional do Riso, celebrado hoje, 18 de janeiro, o Departamento de Documentação e Informação do Judiciário paraense homenageia o juiz Cláudio Rendeiro, conhecido pelo personagem Epaminondas Gustavo, falecido há dois anos vítima da Covid-19, em programação no Museu Judiciário Estadual, a partir das 15h.

O evento prevê assinatura do Termo de Doação de Acervo de mais de 1,5 mil áudios pertencentes ao juiz e artista, além de roupas e objetos das suas apresentações, que passarão a fazer parte da memória do Judiciário, bem como apresentação dos “causos” e músicas de Epaminondas Gustavo.

Criado há dez anos pelo advogado paraense Jânio Siqueira, o projeto “Júri Solidário” chegou a marca de defesa em tribunal de júri de 200 réus ou acusados sem condição financeira. A iniciativa já percorreu todo o Estado com índice de sucesso que chega a cerca de 80% das intervenções.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dono da lancha em que estava a jovem Yasmin irá a júri popular

Futuro de Lucas Magalhães de Souza, que já está preso, será decidido através de julgamento com cidadãos comuns. Ele é o principal suspeito

JUSTIÇA

Wesley Costa

Ontem, o processo do caso da universitária e influenciadora digital, Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo, que morreu em 2021 durante um passeio de lancha, no rio Guamá, teve mais um episódio. Lucas Magalhães de Souza, principal suspeito pela morte da jovem e que está preso desde novembro do ano passado, passou por audiência de instrução na 2ª Vara do Tribunal do Júri de Belém, onde foi decidido que o réu irá a júri popular.

Além de Lucas, a presidente do processo, juíza Sarah Castelo Branco Rodrigues, ouvirá outras testemunhas envolvidas no caso. Entre elas, o médico legista Euler Cunha Magalhães, indiciado por porte ilegal e disparo de arma de fogo; e Bruno Faganelo, também acusado de ter efetuado disparos com sua arma neste mesmo dia, Claudielly Tayara de Souza da Silva, Barbara de Araújo Ramos e Dielly Portilho, amiga de Yasmin.

ARQUIVAMENTO

No início da semana, o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) já havia informado também a decisão do juiz Marcus Alan de Melo Gomes, da 9ª Vara Criminal de Belém, de arquivar o inquérito sobre os casos de falso testemunho envolvendo a morte da influenciadora. A decisão aten-



Ainda bastante inconformados com a situação, familiares da vítima estiveram presentes no tribunal
FOTO: ELIAS RODRIGUES

deu a um pedido do Ministério Público do Pará (MPPA), formalizado pelo promotor de justiça Cezar Augusto dos Santos Motta.

Do lado de fora do tribunal, familiares e amigos de Yasmin chegaram a se mobilizar para realizar um ato e esperar a decisão da audiência de instrução que começou por volta das 10h15 da manhã. Conversando com a equipe de reportagem do DIÁRIO, os presentes falaram sobre as expectativas e novamente repudiaram versões de depoimentos colhidos ao longo do processo.

"A nossa expectativa maior, realmente, é que tenha a quebra desse pacto de silêncio, uma vez que as provas técnicas mostraram o que hou-

ve. Sabemos que não foi um acidente, temos certeza disso. Alguém está carregando uma culpa para si, enquanto outros viajaram estrategicamente. Então, estamos aqui torcendo e orando para que tenha essa quebra de silêncio e o Lucas continue preso", disse Elaine da Mata, amiga da família de Yasmin.

Elaine falou ainda sobre a indignação de Bárbara Ramos, uma das testemunhas, ter deixado a capital paraense e solicitado ser ouvida pela internet. Nós enxergamos essa atitude como estratégia. No início, chegou a falar que não conhecia a Yasmin, mas provamos ao contrário com vídeos, mostrando que a mesma dormia, comia e convivia na casa da

Yasmin. Três meses após o ocorrido montou um mega salão, mesmo não tendo condições. Por isso, queremos que a justiça tenha essa visão e que tudo seja apurado", contou.

RELEMBRE

OCASO

Yasmin trabalhava como digital influencer e também era acadêmica de medicina veterinária. Ela tinha apenas 21 anos quando desapareceu no dia 12 de dezembro de 2021, durante o passeio no barco de Lucas Magalhães. O corpo da jovem foi encontrado somente no dia seguinte. Desde então, familiares tentam encontrar respostas para o caso que segue em segredo de justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Judiciário também relembra “Epaminondas Gustavo”



Trajetória do juiz e humorista Cláudio Rendeiro será lembrada no evento, que também marca a doação de áudios e figurinos do artista FOTO: RICARDO LIMA/DIVULGAÇÃO

CAPA

Da Redação

No Dia Internacional do Riso, outra homenagem será feita ao juiz Cláudio Rendeiro, conhecido pelo personagem Epaminondas Gustavo, desta vez pela instituição a que ele pertenceu, enquanto magistrado.

Intitulado “Claudio Rendeiro: Trajetória, Memórias e Saudade”, o evento realizado pelo Departamento de Documentação e Informação do Judiciário paraense ocorrerá das 15h às 18h, no Museu Judiciário Estadual, com o intuito de preservar a memória do magistrado e comediante vitimado pela covid-19.

Haverá, na programação, a assinatura do Termo de Doação de Acervo de mais de 1,5 mil áudios pertencentes ao juiz e artista, além de roupas e objetos das suas apresentações, que passarão a fazer parte da memória do Judiciário.

Participará da assinatura a presidente da Comissão de Gestão Documental e da Comissão de Gestão da Memória, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias.

O evento contará ainda com diversas homenagens, como os “causos” e músicas que foram feitas com o personagem Epaminondas Gustavo, com apresentação de Allan Roffé e Geraldo Wellington. Também uma homenagem feita em vídeo e que contará com a apresentação da juíza do trabalho Vanilza Malcher, a chefe do Serviço de Museu e Documentação, Leiliane Rabelo, e do diretor do Departamento de Documentação e Informação, Cláudio Duarte.

Depois ainda haverá uma roda de conversa com o tema “O Juiz Cláudio Henrique Lopes Rendeiro”, tendo como mediadora a pedagoga aposentada do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Sílvia Nádya Machado, que atuou na Vara

de Execuções Penais e como assessora técnica do Programa “Começar de Novo”, ao lado do magistrado.

A programação encerrará com mais uma roda de conversa, dessa vez abordando a temática “A Cultura paraense e a Lei nº 14/2021 - Dia Estadual do Riso”, que

terá como mediador o deputado estadual Dirceu Caten, além de arte, cultura e entretenimento com a apresentação de diversos artistas locais, como o violonista Salomão Habib, Ly Rabelo, Dimi da Viola e Adriana Catarina de Carvalho de Paiva.

PRESTIGIE

**Claudio Rendeiro:
Trajetória, Memórias e
Saudade”**

Quando: Hoje, às 15h

Onde: Museu Judiciário
Estadual (Av. Nazaré, 582 -
Nazaré)

Quanto: Entrada franca

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CRIME DE ROUBO

DRCO

PEGA

BANDIDO

O criminoso e outros comparsas obrigaram mãe e filha a fazer saques bancários. Eles fugiram com o carro delas, além dos celulares

CADEIA

J R Avelar

A Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores, vinculada à Divisão de Repressão ao Crime Organizado, prendeu na sexta-feira (17) Luciano Low de Sousa em cumprimento a mandado de prisão preventiva por roubo majorado, pelo concurso de pessoas e emprego de arma de fogo e extorsão qualificada, pela restrição da liberdade da vítima.

Luciano é apontado, conforme investigações em curso na Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores, como autor do crime de roubo circunstanciado ocorrido em 2 de janeiro deste ano.

Segundo as informações, o roubo ocorreu quando a vítima e sua irmã trolegavam pela ave-

nida Genesilíssima Dendora, no bairro Umarizal, em um veículo particular, quando foram abordadas em um semáforo por Luciano e seus comparsas.

Sob grave ameaça, os criminosos, mediante emprego de arma de fogo, venceram a resistência das vítimas e adentraram no veículo, acabando por restringir-las da liberdade, enquanto circulavam por vários bairros da cidade.

Eles acabaram estacionando em um supermercado e em seguida foram até um terminal de autotendimento da Rede Banco 24 horas ali localizado, onde as vítimas foram obrigadas a realizar saques no montante de R\$ 2.500,00.

Após a subtração do patrimônio e valores das vítimas, estas foram abandonadas pelos criminosos na travessa Vileta, no bairro da Pedreira, furtando os criminosos na posse do carro e telefones celulares das duas mulheres.



Luciano Low é considerado de grande periculosidade, tendo envolvimento em outros crimes com uso de arma de fogo. FOTO: INVASOR

Luciano Low de Sousa foi identificado como sendo um dos autores do crime de maior periculosidade, figurando como indiciado em outros inquéritos policiais de roubo a veículos com em-

prego de arma de fogo e restrição da liberdade das vítimas, cujas investigações também estão sendo conduzidas pela Delegacia de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores.

Segundo o delegado responsável pelo inquérito, as investigações seguem para identificação dos demais envolvidos no crime baseado nas informações prestadas por Luciano Low de Sousa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



DECISÃO DA JUSTIÇA

Caso Yasmin: dono da lancha será julgado por júri popular

Lucas Magalhães, que ficou conhecido como "dono da lancha", é o principal acusado da morte da jovem Yasmin Macêdo, ocorrida no dia 12 de dezembro de 2021

terça-feira, 17/01/2023, 19:20 - Atualizado 17/01/2023, 23:00 - Autor: DOL



Yasmin Macêdo, morta em 12 de dezembro de 2021, enquanto passeava na lancha de Lucas Magalhães. | Reprodução

Na manhã desta terça-feira (17), Lucas Magalhães de Souza, 28 anos, principal acusado da morte da estudante Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo, [ocorrida em dezembro de 2021](#), passou por uma audiência de instrução na 2ª Vara do Tribunal do Júri, no bairro da Cidade Velha, em Belém.

Ao longo do dia, cerca de 20 testemunhas foram ouvidas, entre elas: testemunhas de defesa, acusação, testemunha assistência de acusação que é

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

o advogado da família da vítima e pelo juízo. Na noite de hoje, os magistrados decidiram, então, que o réu vai a júri popular.

Lucas, que ficou conhecido como "dono da lancha", é também acusado pelos crimes de fraude processual, porte ilegal de arma de fogo e disparo de arma de fogo.

Entenda

[Ele foi preso no dia 3 de novembro de 2022](#)e, desde então, estava à disposição da Justiça na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA) no Complexo Penitenciário de Santa Izabel.

Tanto o [médico legista Euler Cunha](#) quanto [Claudielly Tayara de Souza da Silva](#), amiga da vítima, compareceram ao fórum criminal para prestar depoimento na condição de testemunha. Ambos estavam na embarcação quando Yasmin desapareceu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Assista no
Youtube de Nossa

WWW.YOUTUBE.COM/NOSSAUOL

nos
sa uol

CASO YASMIN

Justiça decide se Lucas Magalhães irá a júri popular

Lucas é o principal acusado pela morte da universitária.

terça-feira, 17/01/2023, 15:32 - Atualizado 17/01/2023, 15:31 - Autor: DOL/ Sancha Luna/ RBA TV



Yasmin Macedo, morta em 12 de dezembro de 2021, enquanto paessava na lancha de Lucas Magalhães. | Reprodução/ Redes Sociais

Começou na manhã desta terça-feira (17), na 2ª Vara do Tribunal do Júri, no bairro da Cidade Velha, em Belém, o julgamento de um dos envolvidos na morte da acadêmica da Medicina Veterinária Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo, [ocorrida no dia 12 de dezembro de 2021](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Lucas Magalhães de Souza, de 28 anos, que ficou conhecido como "Dono da Lancha", passa por uma audiência de instrução, devendo ser interrogado ao longo do dia.

Lucas é o principal acusado pela morte da universitária, além dos crimes de fraude processual, porte ilegal de arma de fogo e disparo de arma de fogo.

O réu chegou por volta das 10 horas da manhã no prédio do fórum criminal algemado, com o cabelo raspado, vestido com o uniforme da Secretaria de estado de Administração Penitenciária(SEAP-PA).

[Ele foi preso no dia 3 de novembro de 2022](#), e desde então permanece à disposição da Justiça, na Cadeia Pública de Jovens e Adultos (CPJA), no Complexo Penitenciário de Santa Izabel.

Na audiência, cerca de 20 testemunhas serão ouvidas, entre elas, testemunhas de defesa, acusação, testemunha assistência de acusação que é o advogado da família da vítima e pelo júízo.

O [médico legista Euler André Magalhães Cunha](#), que também estava na embarcação no dia do desaparecimento de Yasmin, chegou acompanhado do advogado e Claudielly Tayara de Souza da Silva, apontada como amiga da vítima, que [chegou a ser indiciada por falso testemunho](#), também compareceram ao fórum criminal para prestar depoimento na condição de testemunha.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

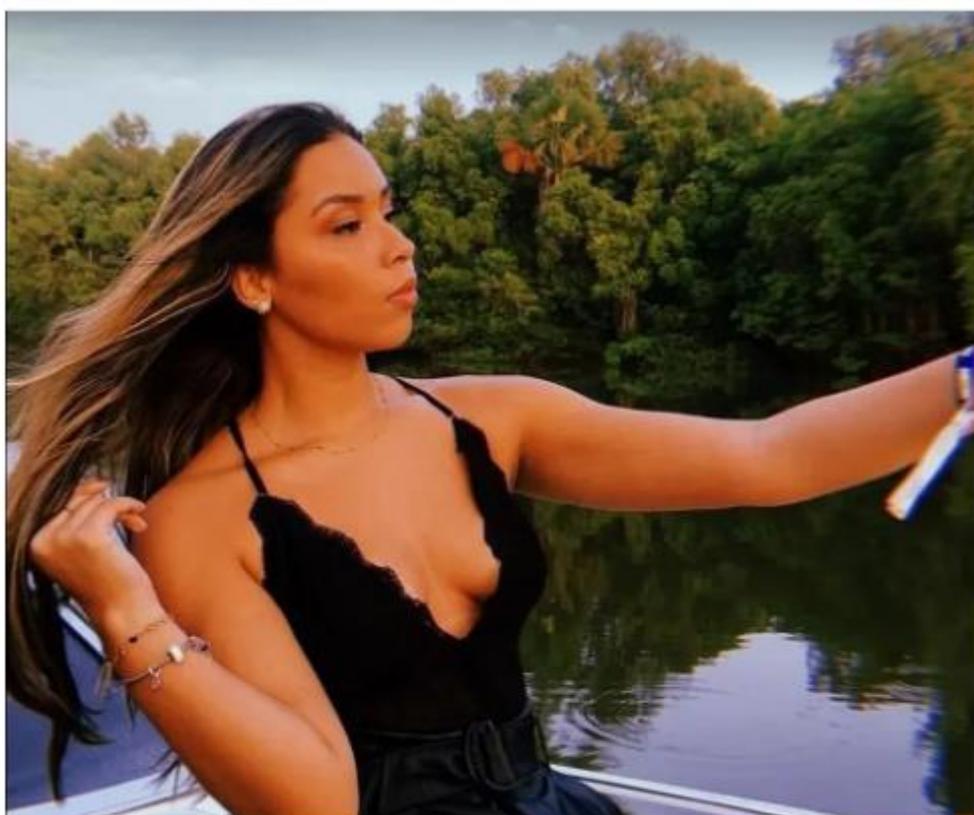
Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso Yasmin: acusado de envolvimento na morte da influencer vai a júri popular

Lucas Magalhães é o dono da embarcação onde Yasmin Macêdo morreu e foi denunciado pelo Ministério Público.

Por g1 Pará e TV Liberal — Belém
17/01/2023 22h19 · Atualizado há 14 horas



Yasmin Macêdo — Foto: Reprodução/TV Liberal

Após cerca de 10h de audiência de instrução, a Justiça do Pará decidiu nesta terça (17) que Lucas Magalhães irá a júri popular. O dono da embarcação é acusado de envolvimento na morte da influencer paraense Yasmin Macêdo, em dezembro de 2021.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O advogado da família da influencer, Madson Nogueira, informou que o júri popular está marcado para o dia 31 de maio de 2022.

Ao final da audiência de instrução, Madson Nogueira também disse que a defesa de Lucas Magalhães entrou com um pedido de liberdade na justiça, porém o Ministério Público ainda precisa se manifestar a respeito.

Lucas Magalhães foi denunciado pelo Ministério Público pelos crimes de homicídio por dolo eventual, porte ilegal, disparos de arma de fogo e fraude processual.

O caso

Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo era estudante de medicina veterinária e tinha 21 anos quando desapareceu durante um passeio no barco de Lucas Magalhães, no dia 12 de dezembro de 2021. O corpo foi encontrado no dia seguinte. Eles estavam com mais pessoas na lancha.

Após prestar depoimento à Polícia Civil, o dono da lancha relatou que conhecia a influencer há seis meses, por meio de eventos e lugares que frequentavam em comum, enquanto a mãe de Yasmin disse à polícia que eles tinham um relacionamento amoroso. Lucas Magalhães nega.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Polícia Científica analisa ataque cibernético ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará

Peritos criminais trabalham na rede de computadores, em Belém, e nas instalações do TJ em Santa Izabel do Pará. Ataque ocorreu no último dia 11.

Por g1 Pará — Belém

17/01/2023 21h08 · Atualizado há 5 horas



Foto: TJPA

Peritos criminais da Gerência de Perícias de Informática (GPI), da Polícia Científica do Pará (PCEPA), foram acionados para analisar o ataque cibernético ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA), ocorrido na quarta-feira (11). A atuação da perícia foi solicitada pela Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC), da Polícia Civil, após a abertura de investigação criminal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na sexta-feira (13), o trabalho inicial dos peritos envolveu análise do ambiente dos computadores, na sede do Tribunal, em Belém, e nas instalações do órgão localizadas no município de Santa Izabel do Pará (Região Metropolitana de Belém).

A perícia vai incluir também a análise dos computadores, uma vez que de acordo com a DECCC o autor do ataque cibernético teria usado a senha de um servidor para acessar o sistema do TJ-PA.

"Tivemos essa informação, e ouviremos esse servidor para saber se, de alguma forma, ele foi hackeado ou se houve outra situação que motivou isso", disse o delegado Yan Almeida, da DECCC.

Ainda de acordo com o delegado, a análise pericial será importante para a identificação do autor do ataque e sua autuação.

"Confiamos no trabalho dos peritos. Que a partir da análise deles o suspeito possa ser identificado, assim como detalhar o modus operandi dele. Além disso, poderá nos subsidiar sobre outros possíveis ataques cibernéticos que ele tenha cometido", completou Yan Almeida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é preso suspeito de praticar série de furtos em área ribeirinha no Marajó

Polícia Civil também apreendeu 4 terçados, aparelhos celulares, tablets, além de quantias de dinheiro em espécie e substâncias entorpecentes em Ponta de Pedra.

Por g1 Pará — Belém

17/01/2023 17h55 · Atualizado há 3 horas



Foto: Ascom/PM

Foi preso nesta terça-feira (17) um homem suspeito de praticar uma série de furtos em Ponta de Pedras, no Marajó.

A prisão ocorreu por cumprimento de mandados expedidos pela Justiça. Durante a ação, um dos suspeitos, conhecido popularmente como “Baby”, foi localizado e detido preventivamente.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na ocasião, as equipes da Polícia Civil também apreenderam 4 terçados, aparelhos celulares, tablets, além de quantias de dinheiro em espécie e substâncias entorpecentes.

Após a prisão, o suspeito foi levado para a unidade policial e, após os procedimentos cabíveis, encaminhado à Secretaria de Administração Penitenciária (Seap), onde ficará à disposição da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Caso Yasmin: Justiça decide nesta terça, 17, se acusado irá a júri popular, em Belém

Lucas Magalhães, dono da lancha, passa por audiência de instrução.

Por g1 Pará — Belém

17/01/2023 12h46 · Atualizado há 23 horas



Yasmin Macêdo — Foto: Reprodução/TV Liberal

Acusado de envolvimento na morte da influencer paraense Yasmin Macêdo, Lucas Magalhães passa por audiência de instrução nesta terça (17), em [Belém](#), para que a Justiça decida se ele irá a júri popular.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Yasmin Fontes Cavaleiro de Macêdo morreu aos 21 anos durante um passeio de lancha no dia 12 de dezembro de 2021. Na embarcação estavam outras 18 pessoas. Durante o passeio houve [disparos de tiros](#).

O corpo da estudante de medicina veterinária foi encontrado na tarde do dia seguinte, no rio Maguari, em Belém.

Lucas Magalhães é dono da embarcação e foi denunciado pelo Ministério Público pelos crimes de homicídio por dolo eventual, porte ilegal e disparos de arma de fogo e fraude processual.

Durante a audiência, depoimentos são colhidos para esclarecer as dúvidas acerca da morte de Yasmin.

[Lucas foi preso](#) na Cadeia Pública para Jovens e Adultos (CPJA), no Complexo Penitenciário de Santa Izabel do Pará, na região metropolitana de Belém.

A prisão foi resultado dos indícios de que ele assumiu o risco do homicídio com dolo eventual por não ser habilitado para conduzir a lancha e por não ter respeitado o limite máximo de passageiros. A capacidade era para 14.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



TJPA

Objetos e áudios de Epaminondas Gustavo farão parte do Museu Judiciário Estadual; entenda

POR ROMA NEWS | 18 DE JAN DE 2023, 09:52

COMPARTILHAR:



No Dia Internacional do Riso, nesta quarta-feira, 18, o Departamento de Documentação e Informação do Judiciário paraense realizará evento em homenagem ao juiz Claudio Rendeiro, conhecido pelo personagem Epaminondas Gustavo. Intitulado “Claudio Rendeiro: Trajetória, Memórias e Saudade”, o evento ocorrerá das 15h às 18h, no Museu Judiciário Estadual (localizado na Avenida Nazaré, nº 582), com o intuito de preservar a memória do magistrado e comediante, que infelizmente faleceu, vítima da Covid-19, em janeiro de 2021.

Haverá, na programação, a assinatura do Termo de Doação de Acervo de mais de 1.500 áudios pertencentes ao juiz e artista, além de roupas e objetos das suas apresentações, que passarão a fazer parte da memória do Judiciário. Participará da assinatura a presidente da Comissão de Gestão Documental e da Comissão de Gestão da Memória, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias.

O evento contará ainda com diversas homenagens, como a apresentação dos “causos” e músicas que foram feitas com o personagem Epaminondas

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Gustavo, através da apresentação de Allan Roffé e Geraldo Wellington, além de uma homenagem feita em vídeo e que contará com a apresentação da juíza do trabalho Vanilza Malcher, a chefe do Serviço de Museu e Documentação, Leiliane Rabelo, e do diretor do Departamento de Documentação e Informação, Claikson Duarte.

Após, haverá Roda de Conversa com o tema “O Juiz Claudio Henrique Lopes Rendeiro”, tendo como mediadora a pedagoga aposentada do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Silvia Nádia Machado, que atuou na Vara de Execuções Penais e como assessora técnica do Programa Começar de Novo ao lado do magistrado.

A programação encerrará com mais uma Roda de Conversa, dessa vez abordando a temática “A Cultura paraense e a Lei nº 14/2021 – Dia Estadual do Riso”, que terá como mediador o deputado estadual Dirceu Caten, além de arte, cultura e entretenimento com a apresentação de diversos artistas locais, como Salomão Habib, Ly Rabelo, Dimi da Viola, Adriana Catarina de Carvalho de Paiva e o grupo “Vaca Velha”, de São Caetano de Odivelas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: TJPA

Polícia Científica analisa ataque hacker ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará; entenda

POR ROMA NEWS | 18 DE JAN DE 2023, 07:43

COMPARTILHAR:



Peritos criminais da Gerência de Perícias de Informática (GPI), da Polícia Científica do Pará (PCEPA), foram acionados para analisar o [ataque cibernético ao sistema do Tribunal de Justiça do Pará](#) (TJ-PA), ocorrido na quarta-feira, 11. A atuação da perícia foi solicitada pela Diretoria Estadual de Combate a Crimes Cibernéticos (DECCC), da Polícia Civil, após a abertura de investigação criminal.

Na sexta-feira, 13, o trabalho inicial dos peritos envolveu análise do ambiente dos computadores, na sede do Tribunal, em Belém, e nas instalações do órgão localizadas no município de Santa Izabel do Pará (Região Metropolitana de Belém). “Estivemos reunidos com servidores da Secretaria de Informática do Tribunal, que nos repassaram informações sobre o dia do ocorrido e os problemas causados ao setor”, informou o perito criminal Marcelo Maués.

Acesso – A perícia vai incluir também a análise dos computadores, uma vez que de acordo com a DECCC o autor do ataque cibernético teria usado a senha de um servidor para acessar o sistema do TJ-PA. “Tivemos essa informação, e ouviremos esse servidor para saber se, de alguma forma, ele foi hackeado ou se

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

houve outra situação que motivou isso”, disse o delegado Yan Almeida, da DECCC.

Ainda de acordo com o delegado, a análise pericial será importante para a identificação do autor do ataque e sua autuação. “Confiamos no trabalho dos peritos. Que a partir da análise deles o suspeito possa ser identificado, assim como detalhar o modus operandi dele. Além disso, poderá nos subsidiar sobre outros possíveis ataques cibernéticos que ele tenha cometido”, completou Yan Almeida.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Dia do Riso: Tribunal de Justiça homenageia Epaminondas com divulgação de 1,5 mil áudios e exposição

Rodas de conversa e apresentação de "causos" e músicas estão na programação desta quarta-feira (18), o Dia do Riso, em memória ao juiz Cláudio Rendeiro



O Liberal

18.01.23 7h00



O juiz Cláudio Rendeiro, morto em 2021 por covid-19, era conhecido pelo personagem Epaminondas Gustavo e os áudios com "causos" fazem sucesso no estado (Ricardo Lima / TJPA / Divulgação)

No Dia Internacional do Riso, celebrado nesta quarta-feira (18), o Departamento de Documentação e Informação do Judiciário paraense realizará um evento em homenagem ao juiz Cláudio Rendeiro, conhecido pelo personagem Epaminondas Gustavo. Intitulado "Claudio Rendeiro: Trajetória, Memórias e Saudade", o evento ocorrerá das 15h às 18h, no Museu Judiciário Estadual (localizado na Avenida Nazaré, nº 582), com o intuito de preservar a memória do magistrado e comediante, que morreu vítima da covid-19, em janeiro de 2021. O evento é aberto ao público.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Haverá, na programação, a assinatura do Termo de Doação de Acervo de mais de 1,5 mil áudios pertencentes ao juiz e artista, além de roupas e objetos das suas apresentações, que passarão a fazer parte da memória do Judiciário. Participará da assinatura a presidente da Comissão de Gestão Documental e da Comissão de Gestão da Memória, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias.

O evento contará com diversas homenagens, como a apresentação dos “causos” e músicas que foram feitas com o personagem Epaminondas Gustavo, através da apresentação de Allan Roffé e Geraldo Wellington. E ainda, uma homenagem feita em vídeo, com a apresentação da juíza do trabalho Vanilza Malcher; a chefe do Serviço de Museu e Documentação, Leiliane Rabelo; e do diretor do Departamento de Documentação e Informação, Claikson Duarte.

Após as homenagens, haverá uma roda de conversa com o tema “O Juiz Cláudio Henrique Lopes Rendeiro”, tendo como mediadora a pedagoga aposentada Sílvia Nádia Machado, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que atuou na Vara de Execuções Penais e como assessora técnica do Programa Começar de Novo ao lado do magistrado.

A programação encerrará com mais uma roda de conversa, dessa vez abordando a temática “A Cultura paraense e a Lei nº 14/2021 - Dia Estadual do Riso”, que terá como mediador o deputado estadual Dirceu Caten, além de arte, cultura e entretenimento com a apresentação de diversos artistas locais, como Salomão Habib, Ly Rabelo, Dimi da Viola e Adriana Catarina de Carvalho de Paiva.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br